

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO**

**TÓPICOS PARA DISCUSSÃO DO
PROGRAMA DE TRABALHO DO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

**IJ00601
8295/1988
Ex:1**



350.
1597
8295188
ex 1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

TÓPICOS PARA DISCUSSÃO DO
PROGRAMA DE TRABALHO DO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SETEMBRO/1987



SUMÁRIO

PÁGINA

1. INTRODUÇÃO	2
2. O IJSN E AS EXIGÊNCIAS DA CONJUNTURA ATUAL	4
3. DIRETRIZES PRIORITÁRIAS	9
3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE TRABALHO.	9
3.2. ARTICULAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: EM BUSCA DA TOTALIDADE	23

1.

INTRODUÇÃO

O presente documento contém a essência do que foi discutido recentemente pela Diretoria do IJSN com os novos coordenadores de área, com vista a dar início à elaboração de um programa de trabalho. Esse debate teve como preocupações principais: o processo de desenvolvimento do Espírito Santo, a conjuntura política estadual composta a partir do novo Governo e as próprias características do trabalho que o IJSN desenvolveu ao longo da sua história.

A elaboração do texto se deu com o objetivo de propiciar subsídios para discussão e aprofundamento do conjunto do corpo técnico do IJSN nas suas respectivas áreas e equipes de trabalho. Após esta fase de discussão, pretende-se refazer o debate em um grupo ampliado que envolverá a Direção, os coordenadores de área e dois representantes de cada área, escolhidos pelos técnicos.

Espera-se que deste processo de discussão interna resulte o delineamento de um PROGRAMA DE TRABALHO que contenha a contribuição de todos os servidores e que vá ao encontro das demandas do Governo e das necessidades mais prementes da população.

Para tanto, é necessário que se tenha clareza sobre as principais tendências do processo de desenvolvimento capixaba. Vive-se atualmente um momento de consolidação do processo de expansão urbano-industrial iniciado ao longo da década de 70. Se, por um lado, este processo dotará a sociedade capixaba de uma maior complexidade estrutural, agravando os problemas sociais já existentes, por outro, coloca a necessidade de mudança na ação governamental através de melhor aparelhamento institucional e redefinição dos instrumentos de intervenção existentes.

Cabe ao IJSN ser parte ativa desse processo de transformação, o que implica na necessidade de melhor adequar seu papel institucional de forma a potencializar sua competência técnica. Esta deve ser catalizada na elaboração desse programa de trabalho que não se pretende estático, mas que venha a abarcar a própria dinamicidade do processo que o presente documento contempla.

2. O IJSN E AS EXIGÊNCIAS DA CONJUNTURA ATUAL

Hoje o Espírito Santo está diretamente inserido nas mais recentes formas de divisão do trabalho, apresentando uma economia que vai aos poucos consolidando sua base urbano-industrial, através da diversificação do seu parque produtivo, da exploração do seu potencial de recursos naturais e aproveitamento das condições favoráveis da sua posição geográfica.

Os rumos de sua economia são determinados em primeira instância por decisões de investimento, em grande parte calcados em economias de escala, que fogem a definições de âmbito puramente regional.

Concretamente, o sentido do desenvolvimento sócio-econômico capixaba está dado pelas decisões de investimento de duplicação dos projetos Ara cruz Celulose e CST. Tal fato define, inclusive, os problemas centrais que deverão nortear as ações políticas do Governo, cujo processo de priorização e hierarquização constitui a essência da formulação de políticas públicas. Os resultados desse processo envolvem, por outro lado, as formas como estão estabelecidas as relações entre Estado e Sociedade Civil, a partir da composição das forças políticas existentes.

Neste sentido, é importante explicitar a compreensão que se tem do Estado. Este é entendido enquanto um campo estratégico de relação de forças. Significa dizer que o mesmo é entendido, não como uma coisa ou essência exterior aos processos sociais, mas como parte constitutiva deles, isto é, como uma relação contraditória ou uma condensação de forças sociais, por um lado, e um aparato organizacional (ou uma burocracia) que se materializa nos diversos aparelhos que compõem a estrutura institucional do Estado, por outro.

A essência desta visão antinômica está no fato de a mesma conceber o Estado simultaneamente como um pacto de dominação e como uma organiza

ção. Como o primeiro, encarna a expressão de interesses socialmente definidos numa correlação de forças; como este último, incorpora na materialidade institucional de seus aparelhos os campos estratégicos da luta de classes e suas diversas clivagens - sociais, territoriais, funcionais, etc. Portanto, é desta dualidade constitutiva que deriva a natureza intrínseca do Estado enquanto mediador de conflitos.

Desta forma, é importante que se tenha alguma clareza sobre a composição política de cada governo, na medida em que os programas e diretrizes governamentais refletem as forças que lhe dão sustentação.

Com efeito, o governo anterior adotou como prioridade as demandas mais diretamente ligadas ao meio rural, tais como: estradas vicinais, eletrificação rural, garantia de bons preços para o café, etc.

Ao contrário, o atual governo define como prioridades o atendimento às demandas de habitação, meio ambiente, menor, transporte público, etc., que são mais diretamente relacionadas com a população urbana. Suas principais diretrizes deverão ser melhor explicitadas pelo Plano Diretor (PD), coordenado pela COPLAN, que se propõe a trabalhar determinadas questões tidas como de fundamental importância no processo de desenvolvimento do Espírito Santo.

Procurando voltar-se para uma realidade urbano-industrial que apresenta níveis de complexidade crescentes, deve o Governo adotar um processo de planificação da sua ação mais adequado à realidade onde atua.

Para tanto, a COPLAN está coordenando o Plano Diretor através da criação de grupos multiinstitucionais para tratarem os temas específicos, envolvendo as instituições do Governo, os agentes financeiros (BNDS, BANDES) e as grandes empresas (Aracruz, CVRD, CST). Trata-se na verdade de uma proposta metodológica de planejamento que implica em ir além dos diagnósticos, buscando a montagem de cenários que nortearão as ações governamentais. Com isso, o Governo pretende principalmente fazer-se mais presente nas grandes decisões de investimento que influenciam os rumos do de

envolvimento do Espírito Santo neste momento.

Destacam-se dentre os temas a serem abordados a expansão industrial, pro
blemáticas sociais, formulação de políticas regionais, entre outras.

Assim, cabe às diferentes instituições adequar suas linhas de atuação, buscando, de um lado, a complementariedade dos esforços e, de outro, o atendimento das suas finalidades precípuas. Ao IJSN cabe revisar suas diretrizes operacionais, tendo em vista não só o cumprimento do seu pa
pel junto ao Sistema Estadual de Planejamento, como principalmente resga
tar sua função de órgão de pesquisa capaz de interpretar as principais manifestações da realidade do Espírito Santo.

Na seqüência, ou por pressuposto, está exatamente a discussão do papel do IJSN. Enquanto autarquia vinculada à COPLAN, cabe ao mesmo, teórica
mente, o papel de assessorar o Estado e os municípios para definição de políticas públicas. Qual a natureza deste trabalho e que respostas de
vem ser dadas pelo IJSN é o que realmente precisa ser discutido e afina
do, tanto do ponto de vista técnico-operacional quanto político.

Existem algumas visões unilaterais sobre o papel do IJSN:

- a) O IJSN deveria ter o papel de efetivar unicamente estudos e pesquisas básicas sobre a realidade estadual. Deve ter uma preocupação mais acadêmica (e histórica), sem se voltar muito para o planejamento das ações do governo;
- b) O IJSN deveria colocar-se na posição de órgão-parte do Sistema Estadual de Planejamento e, enquanto tal, propor-se a atender prioritariamente as demandas advindas da COPLAN, que, em geral, referem-se à ela
boração de breves estudos e planos/programas de captação de recursos. São todos trabalhos relativamente rápidos, não permitindo muita pro
fundidade ao nível de conhecimento e elaboração;
- c) O IJSN deveria se propor a ser um órgão de apoio ao planejamento, tan
to estadual como municipal. Para isto, o órgão deveria organizar um

sistema municipal-comunitário de informações de forma a prover os demais órgãos dos governos estadual e municipal de informações estatísticas o mais detalhadas possível;

- d) A quarta visão, que não é muito explicitada, mas bastante introjetada na forma como se organizam alguns trabalhos, entende ser o papel do IJSN a montagem e manutenção de um **Grande Banco de Dados**. O órgão assumiria assim a função precípua de armazenar as informações produzidas por outros agentes e também de produzir informações básicas através de levantamentos primários;
- e) O IJSN deveria elaborar planos e buscar executar as obras que são propostas no Planejamento de forma direta, furtando assim parte das atribuições de outros órgãos estaduais.

Essas cinco visões apresentam-se, inicialmente, antagônicas. Entretanto, em que pese a forma caricatural como foram apresentadas, não podem ser vistas de forma excludentes, posto que o IJSN, ao longo de sua história, fez, em cada momento, um pouco de cada uma delas.

Já experiência acumulada retiram-se algumas certezas acerca das opções a seguir. Como órgão público gerador de informações, acerca da realidade de Espírito-Santense, possui memória que deve ser acessível aos diferentes segmentos de governo e de representação da sociedade civil.

Entretanto, essa contingência não deve torná-lo ou reduzi-lo a um simples Banco de Dados, pois estaria desvirtuando-se do papel que melhor pode cumprir. Nem deve partir para a execução das obras que são propostas no Planejamento, de forma direta. Isso significa um desvio das funções originais do órgão, representando um desperdício dos recursos humanos que possui.

Em razão disso, deve redefinir-se em função das quatro outras visões que condensam os elementos essenciais do papel que deveria desempenhar.

Significa dizer que o IJSN passar a realizar pesquisas básicas e planejamento assumindo um caráter mais conjuntural e prospectivo, na busca de cenários. Armazenando e organizando informações, deve ampliar o seu papel político-institucional, superando o **trabalho tecnocrático**, abrindo-se às diversas demandas que se lhes apresentam, ao nível de Governo Estadual (especialmente da COPLAN), das prefeituras municipais e particularmente das comunidades e grupos organizados da sociedade civil.

Evitando-se um comportamento estritamente acadêmico mas orientando suas ações por visões teóricas e metodológicas bem definidas, deve o IJSN buscar assegurar autonomia mínima, no contexto a que se insere. Isso é possível a partir do momento em que o Órgão, respaldado por uma séria produção científica, alçar vôos mais altos, ao nível de uma efetiva **práxis** política, mesmo que delimitada pelo conjunto das forças que condicionam o **fazer** política no Sistema Estadual de Planejamento.

Para tanto, em seu dia-a-dia, além da própria construção de um entendimento da realidade deve identificar as estratégias institucionais de interação com as forças que atuam no campo estratégico das relações políticas.

De outro lado, buscar maior autonomia organizacional implica na redefinição das posições que ocupa junto ao aparato organizacional, o que poderá resultar até mesmo em um novo regime jurídico-institucional, ou o retorno à condição de Fundação. Tais aspectos colocam-se como pontos de crucial importância, levantando para posteriores considerações e aprofundamentos.

No entanto, eles não serão, nesse momento, relegados ao esquecimento, pois estarão presentes, de forma subjacente, nas discussões que serão levadas a efeito, abrangendo desde a visão antinômica de Estado, aludida anteriormente, até mesmo as formas de sua materialização no IJSN, que envolvem a própria organização interna, objeto de análise no espaço que se segue.

3.

DIRETRIZES PRIORITÁRIAS

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE TRABALHO

A organização interna de um órgão por áreas de trabalho é, por um lado, inevitável e, por outro, problemática. Inevitável porque, para se buscar o entendimento da realidade, inicia-se com o processo de abstração científica, separando-a em **blocos**. Sem esta abstração inicial, torna-se impossível a sua apreensão, pois a dinâmica do real acontece diante dos nossos olhos como algo caótico, contingente e aparentemente sem sentido. E já está presente aí a dimensão da totalidade do real.

É problemática, por outro lado, porque ao se dividir em áreas corre-se o risco de se cair nas armadilhas do pensamento formal mais vulgar, ao se conceber os vários níveis e **segmentos** da realidade, sem que os mesmos tenham interações entre si ou, no máximo, na superficialidade de relações de causa e efeito, sem se dar conta dos movimentos gerais que condicionam a totalidade, apontando para as suas leis essenciais¹.

O IJSN é formalmente organizado em Departamentos com funções específicas como segue:

DTR - Departamento de Estudos Regionais, criado para processar o entendimento da organização social e de seu rebatimento a nível espacial.

DTU - Departamento de Estudos Urbanos, com o objetivo de entender a dinâmica da produção do espaço, na cidade, bem como seus rebatimentos a nível regional.

¹Essa questão de caráter metodológico será tratada com mais propriedade no item 3.2.

DTI - Departamento de Informações e Pesquisas Básicas, destinado à organização das informações básicas.

DTS - Departamento de Estudos Especiais, que aglutina estudos e projetos de caráter passageiro.

DTC - Departamento de Comunicação, tendo como atribuição o tratamento das informações dissemináveis a nível de comunidade.

Nessa estrutura, desenvolviam-se os seguintes trabalhos:

No DTR desenvolvia-se um estudo sobre política industrial (projeto SOMEA), o PIMEB (Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro), o Cadastro dos Movimentos Sociais Organizados, Planejamento da Rede Física Escolar, e o Levantamento do Patrimônio Natural e Cultural do Espírito Santo. Os três últimos, na verdade, têm como base uma metodologia semelhante, que no entanto, só foi implementada no projeto de Planejamento da Rede Física Escolar. Essa metodologia envolve os municípios e tem o desejo (teórico mas não bem definido) de trabalhar junto às comunidades.

Os demais projetos, mais diretamente relacionados ao entendimento da Economia do Espírito Santo, pouco tinham em comum, tanto do ponto de vista metodológico, quanto temático.

No DTU, com exceção do projeto **Política Habitacional**, não existia nenhum outro definido, embora tivesse como tarefa o atendimento às demandas das prefeituras no que se refere à legislação urbana municipal, além do exame de anuência prévia dos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos de acordo com a Lei 3.384.

No DTI existiam dois projetos em andamento (Cartografia e Contas Regionais) e uma proposta de trabalho que não foi implementada.

Quanto ao DTS vem atuando como Departamento especializado em transporte da Grande Vitória.

Dada tal organização, a questão que primeiro se apresentou não foi exatamente a necessidade de mudança da estrutura do órgão, mas, sim, de abertura de novas áreas de trabalho e reorganização das áreas existentes com o objetivo de um salto qualitativo nos trabalhos.

Da análise da organização existente no IJSN, da natureza dos trabalhos em andamento e do perfil de seu corpo técnico propõe-se as seguintes áreas de trabalho:

- Estudos Econômicos
- Estudos Sócio-políticos
- Estudos Culturais e de Meio ambiente
- Estudos de Urbanização
- Serviços Sociais Básicos

Entende-se que essas são áreas de trabalho onde o IJSN deve avançar em qualidade e produção, tendo como diretriz geral o entendimento das mudanças ocorridas e as perspectivas futuras, quase que num eterno estudo de conjuntura, priorizando ora um ora outro aspecto, dependendo do que se coloca a nível de movimento do real. Claro está, que em algumas dessas áreas o IJSN possui memória histórica e capacidade técnica mais elaborada facilitando a definição das prioridades (ou dos rumos imediatos) dos trabalhos. Em outras, praticamente, está-se iniciando, o que exige um período de maturação da equipe bem maior.

Por outro lado, é bom que fique claro que esta não é exatamente uma proposta de estrutura organizacional para o órgão. A discussão da estrutura organizacional deve vir em seguida a uma definição de Programa de Trabalho e tanto pode ratificar a estrutura de Departamentos formalmente existentes ou evoluir para uma nova estrutura organizacional. A definição dessas áreas com seus respectivos coordenadores foi a forma encontrada de se evoluir em termos qualitativos, dada as condições existentes no momento.*

*As condições anteriores e a proposta atual que não permitiam que se abrissem estudos ou trabalhos em tais linhas, etc... desenvolver.

A seguir far-se-á uma breve caracterização de cada área:

A. ESTUDOS ECONÔMICOS

A formação desta área se deu pela agregação dos técnicos que vinham desenvolvendo os seguintes projetos:

- **Contas Regionais** (elaboração de índices de alguns macroagregados: Renda e Produto Internos, fluxo de comércio interestadual, importação / exportação, etc.), **SOMEA** (projeto na área industrial desenvolvido pela Società per la Matematica e L'economia Applicata) e **PIMEB** (Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro),

Inicialmente a nova equipe técnica efetivou um processo de estudo na forma de seminários, com o objetivo de adquirir homogeneidade interna do ponto de vista teórico-metodológico e de apreensão do entendimento da economia do Espírito Santo.

Após a realização de várias discussões internas, definiu-se frentes prioritárias de trabalho: concentração industrial na Grande Vitória, estudos sobre o setor agrícola e contas regionais.

- Concentração Industrial na Grande Vitória

Entende-se que a economia capixaba já não tem sua dinâmica comandada pelo setor agrícola. O setor industrial comanda o processo de desenvolvimento desde o início dos anos 70. Especialmente agora com a duplicação das empresas de grande porte, como CST e Aracruz Celulose e os investimentos a serem realizados nas empresas-satélite (carboquímica, química fina, etc.), e em infra-estrutura (corredor de exportação, gasoduto, ferrovia litorânea, etc.), o carro-chefe da economia concentra-se no aglomerado urbano da Grande Vitória e arredores. Por isso, este subsetor é considerado prioritário dentre os futuros trabalhos da área de estudos econômicos.

- 7/8/70

- Estudos sobre Agricultura

A partir deste, pretende-se um entendimento das relações sociais no campo, no bojo das diversas formas de organização da produção, tentando-se recuperar e resgatar (em novos moldes) a metodologia desenvolvida pelo antigo PDRI (Programas de Desenvolvimento Regional Integrados). Como ponto de partida, pretende-se um estudo e esboço de algumas diretrizes acerca do problema que envolve o abastecimento alimentar da Grande Vitória.

- Contas Regionais

A partir dos estudos que já vinham sendo feitos, pretende-se agora reimplantar os trabalhos da equipe em nova dimensão, prevendo-se, inclusive, aprofundamento metodológico, troca de experiência com outras que já tenham produção na área, etc.

Enfim, o que se quer no momento é que o binômio trabalho concreto + aprofundamento teórico perpassasse todas as atividades da área, na perspectiva de uma produção efetivamente científica.

B. ESTUDOS SÓCIO-POLÍTICOS

A criação dessa área tem por objetivo avançar na compreensão das formas de organização social e política da Sociedade Capixaba.

Para tanto dar-se-á continuidade ao estudo dos movimentos sociais, abrindo-se um projeto novo sobre Mercado de Trabalho.

- Estudos de Mercado de Trabalho

Tem por objetivo de entender a dinâmica das relações de trabalho, permeadas pelos aspectos quantitativos e qualitativos dados pela análise conjuntural do emprego x desemprego. Com isso, poder-se-á ter uma visão mais clara do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Espírito Santo, no que diz respeito àquelas manifestações fenomênicas. Como um dos primeiros passos para a sua realização, está programada a

implantação de uma pesquisa sobre o mercado de trabalho na Grande Vitória, a ser efetivada mediante convênio operacional entre o Governo do Estado, o DIEESE e a SEADE.

A partir desse convênio, seria constituída uma equipe local para coleta das informações, com o devido acompanhamento de um técnico especializado do DIEESE, seu posterior processamento pela SEADE, aplicando-se, no seu conjunto, metodologia de ambas instituições paulistas. Imagina-se que a pesquisa venha abranger um universo amostral estimado em cerca de 700 domicílios, mobilizando cerca de 30 a 40 coletores. Haveria, para o atingimento deste objetivo, um período preliminar, estimado em 10 meses, para preparação da pesquisa.

Além do aspecto emprego x desemprego, a pesquisa insejaria, na Grande Vitória, um mapeamento da distribuição da força-de-trabalho no espaço urbano, permitindo, com a análise do fluxo de transportes de massa, se aferir os níveis de circulação no interior da malha urbana. A partir deste procedimento, poder-se-ia, as formas de dispersão da população e da concentração de investimentos.

Além do exposto, a pesquisa leva indiretamente à constituição de estudos com o objetivo de se vislumbrar a ampliação de demanda por serviços na Grande Vitória, tais como creches, hospitais, escolas, além de um exame sobre as políticas sociais das empresas, bem como estudos de caso. Em paralelo, outros estudos na área de migrações (intra e interestaduais), mobilidade social, qualidade de vida, podem derivar-se a partir do advento de tal pesquisa.

- Cadastro de Movimentos Sociais Organizados

Permitirá o entendimento de como a sociedade se organiza em classes sociais e suas implicações culturais-ideológicas. O estudo não pretende simplesmente restringir-se à compreensão da dinâmica dos movimentos, mas evidenciaria o papel que os mesmos exercem no âmbito da luta de classes. Para tanto, não há, no momento, intenção de uma aplicabi

lidade imediata dos seus efeitos, mas sim tentar se buscar a constituição de subsídios para estudos mais aprofundados sobre a realidade sócio-política, a partir das relações Estado - Sociedade Civil. Há um consenso generalizado de que seus resultados devem ser repassados à mesma sociedade, para que ela, organizadamente, crie seus instrumentos de avaliação da dinâmica que se estabelece a partir das relações de classe em seu conjunto.

Combinando-se os Estudos de Mercado de Trabalho com os de Movimentos Sociais Organizados, cruzando-os com a realidade dos equipamentos urbanos, permite-se melhor entender a divisão de trabalho que hoje prevalece na economia estadual.

Tais aspectos conformam um background que servirá para os possíveis desdobramentos das primeiras atividades que irão conformar esta área de produção de conhecimento específico. A equipe técnica de ambos os subsetores está ciente acerca de algumas dificuldades iniciais que podem obstaculizar os trabalhos.

Um deles seria a inexistência de experiências anteriores neste campo, numa perspectiva mais analítica, capazes de balizar o desenvolvimento desses estudos. É importante que se deixe claro a inexperiência da equipe, especialmente no que se refere à definição e aprofundamento de um marco teórico capaz de alavancar o processo de discussão e trabalho. Por outro lado, tem-se a preocupação de se evitar a geração de produtos meramente quantitativos; assim, fica patente a necessidade de um trabalho com o objetivo de aprofundamento metodológico entre os subsetores.

Como se disse anteriormente, a estruturação da área passa necessariamente pela constituição de uma base teórica preliminar, na qual os trabalhos estejam respaldados, buscando-se um salto a nível metodológico. Para tanto, é de fundamental importância se buscar um referencial teórico ^{para} ~~de~~ melhor delimitar o campo de ação. Entre as principais providências a

serem tomadas, destaca-se a programação de uma série de consultorias (professores da UFES, profissionais da SEADE), bem como de um trabalho integrado junto a outras áreas e projetos do IJSN, de modo a imprimir um caráter multidisciplinar no direcionamento dos trabalhos da área.

C. ESTUDOS URBANOS

Os estudos do espaço urbano constituem uma área privilegiada no sentido de se detectar as manifestações que nele se fazem presentes, relativas às condições impostas pelo novo ciclo da acumulação em terras capixabas.

A concepção que hoje norteia a área é resultante de uma proposta de reordenamento dos seus rumos, constituída a partir da criação dos vários Departamentos no IJSN, em 1984. Pode-se afirmar que, nos últimos anos, apenas duas atividades marcaram o seu norteamento:

- Análise de novos projetos de parcelamento do solo no espaço urbano, com vistas à anuência prévia, prerrogativa institucional de sua competência;
- Atuação junto às prefeituras municipais, visando o atendimento de demandas emergenciais; especialmente no que diz respeito à elaboração de leis para o estabelecimento de perímetros urbanos. Entretanto, reconhece-se hoje que tal atendimento se fez sem o estabelecimento prévio de uma efetiva política de apoio aos municípios em que prioridades fossem discutidas, estratégias de um entendimento mais global e articulado fosse contempladas a partir das manifestações locais, graus de complexidade da problemática urbana fossem ordenados, enfim, outras leituras possíveis de serem feitas a partir de uma série de ações isoladas. Assim o IJSN não conseguiu até o momento definir quais foram as principais transformações (de fundo) pelas quais passou o Espírito Santo nos últimos anos e mais: delimitar o que seja o urbano e sua especificidade x abrangência.

Reconhece-se, portanto, a necessidade de o órgão dar continuidade aos

atendimentos municipais, mas sob nova ótica: mais direcionada, vindo a possibilitar uma interação entre a fixação de diretrizes de expansão urbana, além da adoção e atualização da legislação mais adequada aos novos desafios colocados pelo novo ciclo de expansão industrial, na perspectiva da globalidade.

Urge que o planejador modifique sua maneira de ver e entender o espaço urbano. Até recentemente, imperava a ótica puramente espacial, preconizada especialmente por profissionais de arquitetura, geógrafos e engenheiros, em que a maior preocupação era com o desenho urbano, em detrimento das verdadeiras (e mais profundas) causas que explicam a lógica da expansão urbana desordenada e caótica. Pretende-se agora novo enfoque, mais multidisciplinar, centrado nas leis colocadas em tela pelo processo de reprodução do capital e seus rebatimentos na esfera sócio-política. Assim, haverá de se buscar um aprofundamento dos conhecimentos teóricos específicos da área, sempre a partir de uma determinada historicidade do real: ou seja, o empírico se manifesta de forma histórica e num bojo histórico dado e não como pura abstração.

Quanto ao problema das formas espaciais, não se sabe exatamente quais as fronteiras entre urbanização e cidade, acreditando-se na conformação direta da relação forma espacial x processo de organização da sociedade em seu conjunto.

Continua-se sem saber quais os significados das características espaciais ao nível das relações sociais, seu papel no processo de acumulação de capital, de reprodução da força de trabalho, de reprodução da ordem social, de desenvolvimento da luta de classes e da dinâmica estabelecida na esfera do político. Continua-se a ignorar que os aglomerados urbanos são resultado, em sua maioria, das decomposições da estrutura produtiva, sendo efeito da dinâmica de desenvolvimento regional diferenciado. São expressões espaciais da concentração dos meios de produção, de unidades de gestão e de meios de reprodução da força de trabalho, assim como de

distribuição de mercadorias demandadas. As cidades pertencem a uma sociedade cuja estrutura representa mais os interesses dominantes do que a própria funcionalidade de sua tipologia de ocupação.

Abre-se, assim, um enorme campo explorativo, no qual a principal preocupação, ao ser constituída a área de estudos urbanos, passa a ser a própria delimitação do objeto de estudo ou, em outras palavras: o que é o urbano no Espírito Santo?

Com efeito, hoje a visão urbana constitui ponto de encontro de múltiplas áreas do conhecimento humano, passando a ser visto de forma multifacetada e dissecado multidisciplinamente. Pode-se afirmar que o fenômeno urbano no Espírito Santo é resultado de alguns indicadores:

- em menos de 30 anos se implantou uma nova forma de acumulação de capital em terras capixabas;
- em consequência, o Estado por inteiro se urbanizou, uma vez que 80% da sua população vive hoje nas cidades;
- vale dizer: quando se pensa em população, pensa-se hoje em problemas urbanos;
- há pelo menos dois tipos de conformação urbana: aquelas determinadas especialmente pela concentração e expansão industrial e as resultantes da reprodução de uma economia agroindustrial;
- quando se fala em economia de caráter rural, há que vinculá-la necessariamente à questão urbana, por envolver a espacialização de sua força de trabalho e por ser fonte permanente de novos fluxos migratórios.

Estes aspectos, por si só, já conformam ou delimitam as primeiras possibilidades no sentido de se constituir uma nova proposta de implementação da área de estudos urbanos. Alguns passos já foram levados a efeito: o mapeamento e exame das tendências de expansão da malha urbana

da Grande Vitória e sua relação ao processo de industrialização passou a ser o primeiro meio de exploração. O segundo levado a efeito pela área, foi o próprio estabelecimento de parâmetros para desenvolvimento de estudos urbanos em áreas não inclusas na aglomeração urbana da Grande Vitória. Este último caminho é resultante da tentativa de se promover um desvirtuamento do discurso político oficial, buscando-se não uma interiorização do desenvolvimento econômico, mas sim uma estadualização de suas manifestações.

O desenvolvimento desses campos de estudo exigem, preliminarmente, a ampliação dos debates no seio do IJSN, visando a definição mais clara do objeto de estudo da área, empresa da maior importância não somente para aqueles que a integram, mas, principalmente, para todos os que buscam uma nova leitura da realidade capixaba.

D. ESTUDOS DE MEIO-AMBIENTE

O ineditismo marca a formação e constituição desta área de estudos. Nasce justamente da emergente preocupação em se fazer frente às anunciadas - e muitas delas já em processo de concretização - medidas de expansão industrial no Espírito Santo. Parte-se do pressuposto de que o processo de degradação ambiental por que passa (e passará) o Espírito Santo, como reflexo do que acontece a nível do Brasil ou do Terceiro Mundo, é consequência da exploração capitalista em escala universal, vindo a dilapidar os recursos naturais, a qualidade de vida, enfim, o nosso futuro enquanto humanidade.

Delinea-se no Espírito Santo cada vez maior clareza a formação de uma **nova Cubatão**, em espaço contíguo ao da Grande Vitória. Já evidencia:

- a duplicação da CST, com a instalação de um laminador de tiras a quente;
- a duplicação da Aracruz Celulose;
- a expansão do CIVIT;
- o envolvimento da PORTOCEL;

- a instalação de indústrias de cimento, fertilizantes;
- a configuração de um pólo caborquímico e de informática na Grande Vi
tória;
- crescimento das indústrias de mármore e gás no sul do Estado;
- futura exploração em larga escala do salgema no norte (matéria-prima para a produção do cloro);
- industrialização da turfa;
- expansão das agroindústrias de cana e eucalipto no norte,

todas são evidências de sérias agressões ao meio-ambiente em futuro muito próximo.

Ainda outros eventos marcam o início de um aceleração do processo de degradação: a instalação de uma fábrica de celulose no sul da Bahia, próxima ao município de Pinheiros, cujos benefícios serão retidos por aquele estado, sendo os malefícios certamente distribuídos pelo espaço capixaba. Quais os efeitos da aglutinação de diferentes tipos de poluentes num mesmo espaço? Que tipo de combinação resulta? Quais os efeitos para a população e para o ecossistema?

Por outro lado, se os riscos são graves, também é preocupante os níveis de inconsciência da população, que não sabe que está aos poucos morrendo... Na medida em que a sociedade for se despertando, tendo maior consciência da gravidade do problema, não mais irá aceitar imposições que lhes são colocadas e que tiram de cada um de nós os direitos básicos: uma vida saudável, sanidade física, mental e espiritual.

Estes são, em linhas gerais, alguns parâmetros que justificam a criação da referida área no IJSN. A ela é reservado um importante papel, assumindo um compromisso de fé com as futuras gerações.

Como resultado imediato, deve-se passar da linha formal dos discursos e partir para a prática, atuando mais decisivamente tanto nas esferas do

Governo, quanto nos segmentos da sociedade civil. Para tal, deve-se pautar no seguinte: quando uma empresa polui, está privatizando o lucro e socializando o prejuízo.

Por isso mesmo é que se deve estabelecer, de início, as bases reais de atuação, levando-se em consideração as deficiências dos órgãos fins, do Governo, bem como as formas como estão institucionalizados os investimentos e o controle ambiental no Brasil. Como primeira medida, é necessário ao IJSN recompor sua área de meio-ambiente - atualmente envolvida com atividades para constituição da CEMA (Comissão Especial de Meio-ambiente), coordenada pela COPLAN -, buscando a delimitação de um programa de trabalho e a fixação das diretrizes gerais de atuação.

Neste sentido, é importante considerar que a equipe do PNC (Patrimônio Natural e Cultural) integrará esta área de interesse, estando em elaboração o Cadastro Cultural do Espírito Santo, mediante convênio com a SEDU (Secretaria de Estado de Educação e Cultura). Ao concluí-lo, a equipe deverá integrar-se aos demais membros que compõem a área, visando, num futuro próximo, somar esforços para a implementação dos estudos e a materialização das metas estabelecidas.

E. ESTUDOS SOBRE SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

A organização da área tem por objetivo analisar o papel do Estado na definição de suas políticas públicas, especificamente aquelas relacionadas à implantação e/ou manutenção dos programas voltados para o atendimento das necessidades coletivas básicas, quais sejam: habitação, saúde, educação, saneamento, transporte*, etc.

Deverá dar suporte teórico e, ao mesmo tempo, acompanhar a elaboração e implantação daquelas políticas, uma vez que grande parte da mobilização popular é canalizada para reivindicação de serviços públicos básicos. Entretanto, como o provimento destes serviços se faz através das políti

*Para ser discutido a melhor alocação: se na área de Serviços Sociais Básicos ou na área de Estudos Urbanos.

cas públicas, acabam por se configurar como resultantes do confronto de diversos interesses e correlações de forças. E como, em princípio, estes serviços são produzidos e geridos pelo aparelho de Estado, necessário se faz que sejam desenvolvidos grupos que, a partir de um tratamento analítico, possibilitem um balizamento de tais interferências nos programas estaduais.

O acompanhamento sistemático da elaboração e implantação destes programas deverá ser objeto de interesse permanente das equipes que compõem a área. Caberá a esta, em última instância, promover o suporte para o equilíbrio teórico/operacional dos mesmos, tendo em vista maximizar a consecução dos seus objetivos, traduzidos, na prática, pela melhoria dos níveis de qualidade de vida.

No momento da sua criação, a área já conta com a participação de quatro equipes distintas, sendo que os trabalhos referem-se, respectivamente, aos seguintes projetos: Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo; Planejamento da Rede Escolar; Programa Estadual de Saneamento Rural e Plano de Urbanização do Bairro Sossego, no Município da Serra.

Para cada um deles, propõe-se que sejam desenvolvidas suas atividades-fins, respeitando-se suas particularidades. Entretanto, busca-se de imediato a linha referencial de tratamento conjunto dos mesmos, uma vez que, a partir da organização da área em que estão inseridos, deverão ser norteados, em linhas gerais, pela concepção básica que deverá ser instituída.

Buscar-se-á uma integração baseada na compreensão das formas e papéis que assume o Estado no planejamento e execução de suas políticas públicas, de forma que o seu desenvolvimento e futuros projetos sejam direcionados por referenciais previamente estabelecidos. Tais referenciais, em suma, caracterizarão a linha metodológica que fará aglutinar, em uma área de trabalho, diversos projetos que, mesmo operativamente distintos, possuem

interligações explícitas em relação às suas finalidades.

Por outro lado mostra-se imprescindível e esta seria também atribuição da área, o acompanhamento da implantação dos projetos que por ela sejam realizados, ou mesmo daqueles que estabeleçam características similares. Neste sentido, trata-se de uma área cuja necessidade de integração com os aparelhos governamentais aparece de forma relevante, o que decorre da própria posição do IJSN enquanto órgão subordinado ao Sistema estadual de Planejamento.

Uma vez se tratando de projetos e programas que extrapolam as atividades típicas do IJSN, estabelecendo por isso a participação de órgãos executivos do sistema estadual, deverá promover o entendimento da totalidade das questões envolvidas - em primeira instância a prática das políticas públicas -, demonstrando as formas de intervenção do Estado, bem como as possíveis integrações, em seu interior, das instituições meio e fins.

Pretende-se, portanto, atingir uma maior interação desses órgãos com o IJSN que, a partir da sua estruturação, poderá proceder a uma visão global do desenvolvimento de tais políticas estaduais, adotando-se metodologias que o coloquem na vanguarda a nível do entendimento das intervenções do Estado.

3.2. ARTICULAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: EM BUSCA DA TOTALIDADE

Uma crítica que sempre se fez aos estudos e projetos do IJSN é que os mesmos se constroem a partir de uma concepção departamentalizada do conhecimento. A realidade se nos apresenta caótica e contingente, num primeiro momento. A tarefa fundamental da ciência é exatamente a de ordenar esta aparente caoticidade, pressupondo-se que existe uma ordem que comanda a desordem. Ou seja, que a realidade é presidida por leis.

Para o seu entendimento, há que se trabalhar na perspectiva da totalidade. Somente a partir desta visão é que poderemos dar sentido às suas partes constitutivas. Assim, o econômico, o sócio-político, o urbano, etc., só terão significado na medida em que apontarem para uma realidade **sócio-econômico-política** maior. Este real na sua globalidade, sempre será mais rico de determinações que a soma das partes. E o seu entendimento passa, necessariamente, pelo esgotamento das determinações dadas por aquelas.

Concretizando o que se colocou nos parágrafos anteriores, temos hoje no IJSN as áreas/equipes (já sucintamente descritas em itens anteriores) de produção de **conhecimentos específicos**. Numa visão preliminar, poder-se-ia pensar que, numa estrutura dessa, se corre o risco de aprofundar ainda mais aquela visão segmentada da realidade, **fantasma** do passado. Mas o que se quer é extamente o contrário.

Para que se dê conta da realidade em seu conjunto (**macrorregião** - ES, Grande Vitória, outras cidades de porte médio, municípios, etc.), é absolutamente necessário que se esgote um determinado corte desta mesma realidade; ou seja, o econômico, o urbano, o sócio-político, etc. Desta forma, para que possamos ousar amanhã, é vital, hoje, que estruturemos e aprimoremos ao máximo as várias equipes/áreas.

É importante observar que esta necessidade (a da totalização) perpassa todas as áreas, sem exceção. Mas a grande pergunta que se coloca é: como se dará efetivamente este processo de articulação dos **conhecimentos espe**
cíficos?

Naturalmente não temos respostas prontas para esta questão, mas apenas alguns indicativos. Por outro lado, entendemos que somente da prática concreta de produção de conhecimento das equipes é que nascerão as formas de articulação mais eficazes.

A título de um esboço preliminar, colocamos o seguinte esquema:

a) produção do **conhecimento específico** em cada área/equipe;

b) articulação entre as áreas:

- . troca de informações através de seminários, debates, exposições, do documentos, papers, etc.
- . consultas comuns
- . outros;

c) produção de um **nov**o conhecimento, mais abrangente e completo, na perspectiva da totalidade.

Ao se caminhar de **a** para **c**, faz-se a trajetória do mais simples ao mais complexo, devendo-se depois fazer o caminho de volta. Exemplificando-se: **num primeiro momento**, cada área poderia produzir documentos/diagnósticos que dessem (minimamente) conta do entendimento do seu objeto específico de estudo. Na produção mesma deste **conhecimento específico**, já haveria uma série de articulações inter-equipes (item **b**). De posse do **conhecimen**to específico produzido, caminhar-se-ia, num **segundo momento**, para o item **c**. O **nov**o conhecimento (diagnóstico mais abrangentes) já seria muito mais complexo, qualitativamente superior. A sua produção poderia ser efetivada a nível de representação das várias áreas, realizando-se um trabalho comum. **Fazer o caminho de volta** significaria: já de posse do **nov**o conhecimento, levá-lo novamente às áreas com o objetivo do seu enriquecimento, além da alocação de novas determinações que antes não estavam postas (no momento **a**).

Não é demais frisar que o item **c** constitui-se no cume do processo; antes dele haveria toda uma riqueza de possibilidades. Trata-se, antes de mais nada, de ousarmos criar novas alternativas.

O processo de aprimoramento das áreas ^{passa} para necessariamente:

a) **pela clareza do objeto de estudo** - por mais complexo e abrangente que possa parecer, a área deve fazer um grande esforço no sentido da sua delimitação. Somente a partir desta aproximação de foco ficará mais claro o ponto de partida;

b) **pelo problema do marco teórico** - entre as muitas e diferenciadas teorias que se apresentam, deverá se escolher aquela que seja mais condizente com os objetivos traçados. Para tal, é mister que se faça uma avaliação crítica das principais propostas teóricas que se colocam para cada área em particular.

A delimitação de uma **estrutura hierarquizada de grandes problemas** (ex.: 1. a questão ambiental; 2. a proliferação de assentamentos desordenados e invasões; 3. políticas públicas com o objetivo do atendimento da massa de desempregados após a conclusão das obras de duplicação da CST, etc.) poderá encetar o processo de articulação inter-áreas. Exemplificando, as de Estudos Sócios Políticos e Serviços Sociais Básicos se articulando para pensarem e produzirem um documento que contemple um dos pontos citados.

Agora, algumas palavras sobre o problema da **regionalização**.

Sem quereremos entrar no seu aspecto semântico, entendemos a regionalização enquanto **método de abordagem da realidade**.

O capital, na sua dinâmica de reprodução, eminentemente concentradora e desigual, vai desenhando no espaço geográfico **bolsões** diferenciados. O(s) centro(s) hegemônico(s) a nível nacional determina(m) pólos de concentração industrial, delimitando **fronteiras** neste processo maior. No caso do Espírito Santo, a Grande Vitória e seus arredores se constituem neste espaço privilegiado de reprodução. Isto não significa que os espaços do interior não sejam importantes; o são e têm a sua especificidade que deve ser apreendida enquanto tal. Mas tudo isso determinado por aquele processo de reprodução maior, mais concentrado, mais rico em determinações.

Os pressupostos anteriores trazem em seu bojo conseqüências práticas no sentido do norteamento dos trabalhos a serem produzidos pelo IJSN:

a) A priorização da Grande Vitória como **locus** privilegiado da reprodução;

b) A sua articulação estreita com as demais **regiões** do interior (ex.: as manchas de culturas que determinam o abastecimento da Grande Vitória).

Enfim, o método proposto é no sentido de todas as produções do órgão trazerem em seu seio a preocupação e os rebatimentos de caráter regional.

A partir do exposto, já possuímos alguns elementos para a crítica do discurso oficial, quando propõe: **regionalização, integração, interiorização, participação**, etc. Trata-se de criticar a pura **abstração** que traz tal terminologia e mostrar que é o capital (e seus interesses) o elemento-matriz da dinâmica sócio-econômica. A seu reboque está o Estado, jamais dando conta de resolver todas as contradições colocadas pelo primeiro. O máximo que o Estado pode fazer no capitalismo (especialmente no **selvagem** como o nosso) é **amortecer** algumas contradições, ao nível de políticas públicas a serem implantadas.

Enfim, queremos uma nova epistemologia que perpassasse toda a produção do IJSN. Libertando-nos da mera descrição do empírico, pretendemos sair e voltar a ele para a sua explicação, a mais profunda e completa possível.

